

Quarta-feira passada (12/4), [aqui no Blog](#), mostramos como são empregados os recursos advindos das contraprestações que os beneficiários pagam aos planos de saúde: De cada R\$ 100, R\$ 86,17 são gastos assistenciais com serviços médicos, R\$ 11,23 são destinados para o pagamento de despesas administrativas (como tributos) e apenas R\$ 2,60 ficam de resultado. Sendo que o valor médio das mensalidades dos planos em setembro de 2016 (o dado mais recente disponível) foi de R\$201,63.

O que pretendemos ao mostrar esses números? Fazer uma defesa do setor? Longe disso, apenas jogar luz sobre os números e fomentar o debate sobre a sustentabilidade do setor as medidas que precisam ser tomadas para garanti-la. Principalmente frente ao constante aumento dos gastos assistenciais em patamares superiores aos dos reajustes das mensalidades (definidos pela ANS) ao longo de grandes períodos de tempo.

Mas apenas esses números podem não deixar clara a situação em que o setor se encontra hoje, então resolvemos fazer um exercício simples de projeção desses recursos para setembro de 2017. Não estamos projetando que estes serão os resultados do próximo período, é bom deixar claro, apenas tentando ilustrar a atual situação do setor e os desafios que precisam ser enfrentados para garantir sua sustentabilidade.

Para tanto, vamos considerar que o reajuste permitido pela ANS fosse idêntico ao do ano anterior: 13,57%. O que é bastante improvável. Com esse reajuste, a mensalidade média subiria para R\$ 228,99.

Vamos aceitar, também, que a sinistralidade (o percentual da contraprestação destinado para gastos assistenciais), até para facilitar o cálculo, do período seja de 85%. Portanto, inferior aos 86,17% registrados em setembro de 2016. Então, de cada mensalidade de R\$228,99, R\$ 194,64 seriam destinados ao pagamento de despesas assistenciais.

Contudo, ainda temos que considerar a variação dos custos médico-hospitalares, aferida pelo [VCMH/IESS](#), que deve ter encerrado o ano entre 18% e 20%, como já [apontamos aqui](#). Para esse exercício, vamos, então, considerar uma taxa de aumento dos custos médico-hospitalares de 18%. Vale destacar, a última vez que o VCMH apresentou uma variação inferior a este patamar foi em julho de 2015. Isso significa que os gastos assistenciais subiriam para R\$ 229,68. Portanto, mais do que a operadora recebe dos beneficiários.

Além disso, há as despesas administrativas, que vamos manter congeladas em R\$ 22,64. O que significaria que as operadoras não gastariam um centavo a mais com tributos (apesar do aumento de receita pelo reajuste das mensalidades) ou com o reajuste de salário de seus funcionários, entre outros fatores. Apenas, novamente, para simplificar o exercício proposto.

Qual seria então, o resultado dessa conta? Qual seria o resultado das operadoras?

Bem, de acordo com esses números, a cada R\$ 100 recebidos, as operadoras gastariam R\$ 9,89 com despesas administrativas, R\$ 100,30 com despesas assistenciais e teriam um resultado negativo de R\$ 10,19.

O que, obviamente, demonstra um risco à sustentabilidade do setor.

Fonte: IESS, em 19.04.2017.